

ALFABETIZAÇÃO EM QUESTÃO

Perspectivas e desafios contemporâneos

Silvia M. Gasparian Colello

ALFABETIZAÇÃO EM QUESTÃO

Perspectivas e desafios contemporâneos

Copyright © 1995, 2004, 2025 by Silvia M. Gasparian Colello

Direitos desta edição reservados por Summus Editorial

Editora executiva: **Soraia Bini Cury**

Revisão: **Marcelo Madeira**

Capa: **Delfin [Studio DelRey]**

Projeto gráfico: **Crayon Editorial**

Diagramação: **Natalia Aranda**

Summus Editorial

Departamento editorial

Rua Itapicuru, 613 — 7ª andar

05006-000 — São Paulo — SP

Fone: (11) 3872-3322

<http://www.summus.com.br>

e-mail: summus@summus.com.br

Atendimento ao consumidor

Summus Editorial

Fone: (11) 3865-9890

Vendas por atacado

Fone: (11) 3873-8638

e-mail: vendas@summus.com.br

Impresso no Brasil

Sumário

Introdução	9
1 Escrita e linguagem	13
2 Escrita e educação de corpo inteiro	19
3 Escrita e oralidade	29
4 Alfabetização como construção cognitiva	35
5 Currículo oculto e letramento emergente.....	65
6 Linguagem e discriminação social	73
7 Alfabetização e pensamento	79
8 Escrita e pedagogia da alfabetização	93
9 Alfabetização e letramento	135
10 Alfabetização ou alfabetização digital?	153
Conclusão.....	167
Referências	171
Apêndice — Materiais complementares	183

Introdução

Na tentativa de enfrentar o fracasso escolar nos anos iniciais do ensino fundamental¹, não podemos mais ignorar a complexidade do processo de alfabetização. Por trás da aprendizagem aparentemente simples, que é o conhecimento das letras e do modo de associá-las, existem aspectos linguísticos, psicológicos, sociológicos, pedagógicos, psicomotores e emocionais que, em conjunto, são responsáveis pela conquista da língua escrita.

Desde a década de 1980, os estudos sobre a alfabetização têm procurado evidenciar as diferentes facetas desse processo, descortinando certas dimensões nem sempre assimiladas pela escola. Não se pode negar que a maior contribuição desses trabalhos reside na compreensão diferenciada do ensino da língua escrita em relação às práticas tradicionais de alfabetização. Uma compreensão que redimensiona a questão do analfabetismo e do analfabetismo funcional dentro e fora da escola.

Se, do ponto de vista teórico, a conquista da língua escrita vem sofrendo consideráveis avanços, do ponto de vista prático, ainda estamos longe de incorporar os princípios de um ensino inclusivo, democrático, compatível com o perfil dos nossos alunos e com as demandas do nosso mundo.

1. Nomenclatura instituída pela Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo o ensino fundamental de nove anos com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade. Os anos iniciais vão do 1º ao 5º ano.

Ainda que bem-intencionados, muitos professores patinam num mar de novas propostas mal compreendidas. Ao lado delas, vigoram rançosas concepções de ensino que, pela força da tradição, da insegurança e — por que não dizer? — da desinformação, das precárias condições de trabalho e da inconsistente formação profissional, representam verdadeiros entraves para aqueles que sonham com a implantação de um ensino melhor.

As instituições escolares clamam por medidas práticas que possam dar respostas novas e definitivas ao fracasso escolar. Para desencanto de pais, educadores e alunos, tais medidas, ao contrário de muitas tentativas do passado, não mais chegam às escolas como se fossem fórmulas mágicas. Desta vez não existem métodos milagrosos, cartilhas promissoras ou condutas infalíveis. O que existe são estudos cujo fim não é outro senão o de atentar para as especificidades de um processo bastante complexo que é a alfabetização.

A partir daí, a renovação das práticas pedagógicas deverá ser precedida pelo estudo, pela séria revisão dos tradicionais princípios e das estratégias em sala de aula que, durante tantos anos, marcaram o ensino da língua materna. Assim, somos obrigados a admitir que a alfabetização é um desafio a ser enfrentado individual e coletivamente pelos educadores à luz de referenciais linguísticos, sociolinguísticos e psicológicos, isto é, de uma melhor compreensão a respeito da língua, da criança como sujeito aprendiz e de seus processos de aprendizagem.

Partindo desse pressuposto, o objetivo desta obra é contribuir para essa reflexão, repensando o tema da leitura e da escrita na sua dimensão mais ampla. Para tanto, pretendemos focar a alfabetização nas suas relações com a linguagem, o corpo, a oralidade, os processos cognitivos envolvidos nessa conquista, o pensamento, a ideologia e o processo de aprendizagem dentro e fora da escola.

É bom lembrar que o tratamento distinto a cada um desses aspectos não passa de um esforço teórico para a melhor com-

preenderemos a realidade. Na prática, sabemos que todos eles são indissociáveis, fazendo parte de um mesmo processo.

Sem a pretensão de apresentar soluções práticas imediatas ou de esgotar cada um dos temas propostos, nossa preocupação será a de alinhar concepções numa reflexão simultaneamente crítica e esclarecedora.

Escrita e linguagem

Ao contrário dos animais, cujas bases fisiológicas predeterminam seus limites e possibilidades, o ser humano conta com um equipamento não corpóreo — a razão — que lhe permite uma infinidade de oportunidades na manifestação de si. A possibilidade de usar o seu corpo para expressar e comunicar suas ideias parece estar associada à capacidade de aprendizagem. Aproveitando-se da tradição, das convenções e das conquistas de seus antepassados, a cultura é construída a partir dos intercâmbios entre os seres humanos. Ela seria impossível se o indivíduo encerrasse em si a sua história de vida.

A expressividade tipicamente humana teve início no momento em que pudemos dispensar nossas “patas dianteiras” do trabalho de transportar o corpo (Leroi-Gourhan, 1987). A conquista da postura ereta pode ser avaliada em pelo menos três pontos cuja consequência é o advento da comunicação inteligente:

- a mão, que se libera para o uso do utensílio;
- a posição do rosto, que favorece a comunicação e a linguagem; e
- o ângulo de visão, que revoluciona a concepção de mundo, a percepção das coisas e a estruturação das ideias.

O uso da palavra como técnica de intercâmbio é, indubitavelmente, a mais fantástica invenção da humanidade — invenção que é constituinte das pessoas não só porque transforma a relação entre elas, mas também porque transforma a relação delas com o mundo (Vygotsky², 1987), recriando sentidos e a própria linguagem (Bakhtin, 2014; Geraldi, 2003).

Parece haver uma espécie de condenação ao sentido: dois *homines sapientes* postos um na frente do outro acabam produzindo linguagem.

O discurso sempre envolve colocar em circulação sentidos, compreensões que fazemos do mundo. A construção do *homo sapiens* é uma construção que se dá precisamente nos processos da construção discursiva. Consideramos como trabalho o conjunto de discursos que produzimos nestas relações. Um trabalho social, histórico, compartilhado e interativo. E constitutivo. (Geraldi, 2009, p. 218)

Nesse sentido, a produção linguística, longe de ser compreendida como uso de um sistema fechado, merece ser concebida como um trabalho efetivo. Mas a fala não existe por si só; ela é reforçada, atenuada ou modificada pelo conjunto de expressões fisionômicas, posturas, gestos e atitudes que interferem no quadro semântico da mensagem veiculada. Em outras palavras, a língua (oralidade e escrita como produções verbais) se integra à linguagem, conjunto estruturado e sistemático de recursos expressivos que foram sendo coletivamente construídos através dos tempos, com base em normas e convenções mais ou menos estáveis.

Não cabe aqui avaliar o papel do gesto e da palavra na evolução da espécie humana, mas é certo que ambos têm significado porque, de algum modo, representam a ideia. O divórcio entre as

2. Hoje se entende que a forma mais correta de escrever o sobrenome do autor é Vigotski. Porém, para fins bibliográficos, manteremos a grafia determinada pelas editoras brasileiras. [N. E.]

manifestações humanas e o pensamento impossibilita a construção da mensagem e, conseqüentemente, a comunicação efetiva.

Diante das exigências de fixação do pensamento, a história da expressão humana foi marcada por uma sucessão de conquistas das quais a escrita, a imprensa, a fotografia, o cinema e a cultura digital são exemplos notáveis.

A vitalidade das diferentes formas de representação linguística só existe na expressão concreta daqueles que as atualizam. Todos sabemos que a expressão de cada falante é fortemente influenciada pela sua idade, sexo, profissão, posição social, grau de escolaridade, classe econômica e local onde reside. Além disso, fatores como a relação hierárquica entre os interlocutores, a imagem recíproca que fazem um do outro, os conhecimentos ou valores que compartilham, as condições da fala, o grau de intimidade, o estado emocional dos indivíduos envolvidos e o contexto de produção podem significar mais do que as próprias sentenças. Independentemente das dimensões gramatical, sintática e fonética, ou dos meios com que foram veiculadas as mensagens, há de se considerar os fatores históricos, geográficos, socioculturais, situacionais e pessoais determinantes das variantes linguísticas. Toda linguagem tem o seu lado semântico e pragmático, que não nos permite ignorar os propósitos e recursos daquele que se exprime.

Obviamente, o que é válido para a linguagem verbal tem o seu correspondente nas demais manifestações expressivas, embora elas sejam menos compreendidas e valorizadas.

Em uma tentativa de classificar os elementos da linguagem, Gutierrez (1978) descreve cinco formas básicas de comunicação, a saber: cinestésica³, oral, escrita, icônica⁴ e sonora.

3. A linguagem cinestésica inclui todas as formas não verbais de linguagem, constituindo-se de movimentos corporais e gestuais interpretados na sua dimensão expresso-comunicativa.

4. A linguagem icônica é baseada em imagens ou sinais figurativos semelhantes ou análogos aos objetos que pretendem representar, tais como a fotografia, os desenhos etc.